

FALTAM ALGARVIOS EM LISBOA?

A CASA do Algarve foi fundada em Lisboa por iniciativa de um punhado de bons e generosos algarvios, à frente dos quais se contava o então tenente Mateus Moreno, oficial combatente da I Grande Guerra, poeta e escritor distinto. Com a sua colaboração na imprensa e na sua revista literária, «Alma Nova», fundada no princípio da década de 1920/30, ele vinha já fazendo a apologia de tudo o que representasse o Algarve.

Foi na Rua do Alecrim, em Lisboa, que a Casa do Algarve teve a primeira sede. E com que alegria os estudantes universitários de 1930 saudaram o aparecimento da sua Casa Regional, onde podiam encontrar as famílias algarvias que habitavam em Lisboa e que no Verão desciam até às praias do Sul, a matar saudades dos tempos passados.

Era então frequente ver, entre os frequentadores da Casa do Algar-

pelo dr. António de Sousa Pontes

ve de 1930, valores intelectuais da Província, que pontificavam no professorado universitário, na advocacia, no comércio, e na indústria da capital.

Depois de algumas vicissitudes, renasceu a Casa do Algarve em 1946 e quatro anos depois promoveu ela o II Congresso Regional Algarvio, onde foram apresentados valiosos estudos técnico-económicos para o ressurgimento e valorização da Província.

Nunca é demais lembrar os estudos científicos de climatologia internacional comparada do Algarve, do engenheiro geógrafo e observador do Observatório Astronómico da Ajuda, dr. José António Madeira.

As conferências que, após 1950, as diferentes Comissões Culturais da Casa do Algarve promoveram em Lisboa, as exposições das melhores telas de Falcão Trigoso e Jaime Murteira nas principais montanhas da cidade de Lisboa, colocaram a Casa do Algarve num impasse tal que, um dia, a sua co-

(Conclui na 4.ª página)

PONTO DE MIRA

O RECONHECIMENTO DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

FINALMENTE, depois de tantas incertezas e contradições, de tanta ansiedade e desilusões, a República Popular de Angola acaba de ser reconhecida pelo Governo Português.

Há já muitas semanas que tudo nos indicava que as FAPLAs, exércitos do M. P. L. A., iriam daí a pouco, limpar da sua Angola as hostes invasoras dos exércitos sul-africanos. E, também, dos criminosos mercenários elpistas e ex-pilões, dos «soldados do crime» pagos a peso de ouro pelo imperialismo internacional. E, ainda, as dos traidores fantoches da UNITA e do vendido aos americanos Holden Roberto, da FNLA.

Mas, não obstante as vitórias decisivas das FAPLAs, que reconquistaram as principais cidades ocupadas pelas tropas invasoras sul-africanas, e o crescente número de países que iam reconhecendo à pressa a R. P. A., somente às seis horas da manhã do domingo, 22 de Fevereiro, esse justo (e atrasado) reconhecimento se verificou.

Segundo as últimas notícias das Reuniram em Faro os representantes das Cooperativas no Algarve

NA sede da Cooperativa Nova Era, em Faro (e não no Inatel, como fora anunciado), realizou-se há pouco a reunião de representantes cooperativistas, promovida pela CoopFaro — União de Cooperativas do Algarve.

Verificou-se, no encontro, que há necessidade de criar quadros administrativos para maior benefício na coordenação e apoio às cooperativas e foi abordado o aspecto da ligação entre as cooperativas de produção e as de consumo agregando, numa fase posterior, as de distribuição, uma vez que a coordenação por sectores de actividade, irá anulando a concorrência.

Foi referida a necessidade da coordenação de esforços entre cooperativas, comissões de moradores e de trabalhadores (organizações de base), a da criação de um secretariado concelhio, tendo um sector ligado à construção civil, outro ao ramo comercial e outro de contabilidade e organização e outro ainda à promoção agrícola, medidas que, na prática, darão maior aproveitamento económico e melhor nívelamento comercial.

Aludiu-se às três zonas algarvias mais indicadas com vista a um trabalho dinamizador e de ordem prática (Faro, Portimão e Vila Real de Santo António), de modo a ser dado conveniente aproveitamento a todos os ramos de actividade, em prol dos que trabalham.

No último fim de semana realizou-se em Lisboa um encontro, a nível nacional, de representantes das cooperativas.

A. Cardoso

por A. Vicente Campinas

agências internacionais, a terra angolana encontra-se «quase» limpa de tropas estrangeiras inimigas, que as FAPLAs, ajudadas por voluntários cubanos, fornecidos de material soviético, (re)entregam aos seus legítimos proprietários, aos angolanos, terra expurgada de invasores e de traidores.

Não podíamos compreender a falta de tacto político, a falta de realismo político, da parte de muitos membros do VI Governo Provisório, de tanta predominância P. S. e P. P. D., que resistiram até à última, mantendo uma negativa que, finalmente, teve de ser derrotada, atendendo aos reais interesses de Portugal e do Povo Português, pelos responsáveis mais realistas, fazendo parte desse mesmo Governo. É que, de facto, o M. P. L. A. e o seu presidente, dr. Agostinho Neto, sempre foram reconhecidos e apoiados pela quase totalidade do povo angolano — o mais conhecedor, afinal, do que se passava na sua própria terra!

Parecia tocar as raízes da cegueira, da louca teimosia, a negativa em se meter ao passo na História, pela parte do Governo Português, com o reconhecimento da R. P. A. Cerravam-se os olhos e a inteligência a todas as solicitações dos interesses reais da Nação portuguesa. Essa teimosia, cega e injustificável, foi, entretanto, facilitando o jogo a países como o Brasil, e outros, que, fazendo «vista grossa»

(Conclui na 3.ª página)

TRIBUNA LIVRE

NÃO CONFUNDIR AGRICULTURA COM POLÍTICA (V)

QUEM conhecer a serra algarvia, na parte ocidental, pertencente aos concelhos de Alcoutim Castro Marim e Tavira, saberá que esta é a zona mais pobre e desprotegida de todo o Algarve e mesmo de toda a serra desta Província. É certo que os terrenos que consti-

tuem esta vasta área são, por natureza incapazes para a agricultura e de uma magreza tal que até a sementeira do centeio ou trigo, se torna pouco compensadora. Mas também é verdade que nunca foi tentada a sua arborização com pinheiros, eucaliptos e outras espécies como seria de aconselhar. Porque continuam os nossos agrários ignorando esta realidade? Ali, como no Alentejo, há muita terra abandonada e, especialmente, muita gente sem trabalho, quando tanto há a fazer. Terão sido razões políticas de ontem, ou também de hoje?

Sentimo-nos tentado a falar outra vez na barragem do Alqueva, onde se poderia criar muitos postos de trabalho e tornar irrigável uma imensidade de hectares de terreno, aproveitando ao mesmo tempo a tão necessária energia eléctrica.

(Conclui na 3.ª página)

Esclarecimento

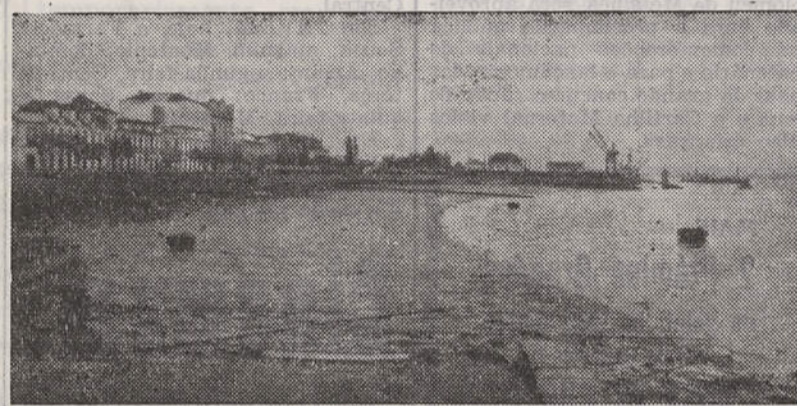
nos meios rurais

DECORREM em várias zonas do Algarve sessões de esclarecimento em que técnicos do Centro Regional de Reforma Agrária elucidam o público sobre os objectivos não só da Reforma Agrária, como de temas que lhe estão ligados: arrendamento rural, previdência, etc. Entre as sessões, registamos as que decorreram em Salir (Junta de Freguesia) e Lagos (Cooperativa dos Fruticultores).

Não funciona ainda o posto público dos C.T.T. de Ferreiras (Albufeira)

APESAR de diligências nesse sentido, continua por designar novo encarregado para o posto telefónico público de Ferreiras.

Os Serviços de Informações e Reclamações dos CTT, em Lisboa, através do seu ofício 4110/75, confirmaram que o posto foi desligado por recusa de pagamento. Entretanto, a cabina existe e a tabuleta promete um serviço público que continua a faltar, deixando aos utentes a alternativa de se deslocarem a Albufeira ou a Paderne para satisfazerem as suas comunicações.



Desvão que desfeia a vila-realense Avenida da República

FACTOS E IMAGENS

TREZENTOS METROS DE IMUNDÍCIE EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

NUMA altura em que no Algarve, como no resto do País, há tantos braços desocupados, tanta gente sem trabalho, gostaríamos de ter conosco por uns momentos, junto ao trecho que a imagem documenta, alguém responsável da Comissão Regional de Turismo e do Gabinete do Planeamento da Região do Algarve. Ao primeiro, se o não soubesse e no-lo perguntasse, diríamos que aquela faixa lodosa com trezentos metros de comprimento, muito mais antiga que a própria Comissão Regional de Turismo, está ali implantada por obra, graça e profunda miopia de quem todos já sabemos, e provoca esgares de nojo e tapadelas de nariz aos turistas que chegados ou saídos de Vila Real de Santo António (muitos deles no seu primeiro contacto com o nosso País) se dispõem a olhar as remansosas águas do rio Guadiana, ou a idealizar o local onde será construída a futura ponte internacional.

Ao responsável pelo Gabinete do Planeamento, diríamos que a eliminação daqueles trezentos metros de tão visível porcaria, não deixava de ser medida da maior utilidade para o saneamento de uma das terras mais visitadas do Algarve, pois tais trezentos metros situam-se precisamente junto ao local mais procurado da vila, o centro da Avenida da República; que, com essa eliminação, se punha termo a um amplo foco de imundície e de mau cheiro, algo se fazendo, deste modo, em benefício da salubridade de uma populosa vila; e que o conveniente arranjo do local, prestado-se a numerosas formas de aproveitamento, valorizava uma zona privilegiada (embora até aqui praticamente desprezada), podendo dar que fazer a numerosas pessoas, abrangidas pela crise de trabalho que nos avassala.

C. da R.

PROBLEMAS DA AGRICULTURA ALGARVIA APRECIADOS PELO SECRETÁRIO DE ESTADO DO FOMENTO AGRÁRIO

A CONSTITUIÇÃO da Comissão do Planeamento Agrícola do Algarve e a atribuição de indemnizações aos pequenos e médios agricultores cujas plantações foram afectadas pela «geada negra», constituíram os motivos centrais da deslocação ao Algarve do eng. Joaquim Lourenço, secretário de Estado do Fomento Agrário, que iria declarar-nos ao fazer o ponto da visita:

— Esta minha deslocação à província do Sul vem a propósito da resolução de duas questões que preocupavam o Ministério da Agricultura e Pescas: uma dizia respeito à constituição da Comissão de Planeamento Agrícola do Algarve, a qual foi nomeada por um despacho do sr. ministro da Agricultura e Pescas, pois interessava dar alguns passos para encontrar

os representantes que estão previstos nessa Comissão. Se há representantes facilmente identificados, como é o caso dos departamentos ministeriais, outros há que não, como é o caso das cooperativas agrícolas, dado que não há uma união de cooperativas que represente todo o Algarve. Temos também a representação dos trabalhadores rurais, em que era preciso estabelecer contactos com a direcção do Sindicato, levando talvez mais tempo a encontrar o representante dos pequenos e médios agricultores. Assim, vim trocar impressões com essas entidades e ao mesmo tempo tratei de outra questão que preocupa o Ministério da Agricultura e Pescas: os prejuízos causados pelas geadas excepcionalmente intensas que caíram no Algarve na noite de 27 de Janeiro.

entrevista de JOÃO LEAL

cas despachou já sobre uma informação da Estação Agrária de Tavira no sentido de que se proceda à sua inventariação para se lhes fazer a reparação. A partida, duas modalidades se afiguram capazes para se conseguir esse desiderato, ou seja ressarcir de facto os agricultores dos prejuízos, modalidade que compreende um crédito em condições de grande facilidade, ou então um subsídio próprio. Tanto uma das soluções como a outra são más, pois seria apropriado e de

(Conclui na 5.ª página)

Tomou posse a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Albufeira

NO Governo Civil do Distrito, verificou-se o acto de posse da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Albufeira, na sequência de um processo eleitoral que decorreu naquele concelho. A posse foi conferida pelo dr. Almeida Carrapato, chefe do Distrito, sendo empossados os srs. Carlos Oliveira Macieira, presidente e João Veiga, Rogério José da Conceição Alexandre, João António Granadeiro Piscarreta, Fernando Manuel da Silva Veloso, Xavier Xufre e António Manuel Aleluia Rodrigues, vogais.

MAIS ALGARVE PARA O JORNAL DO ALGARVE

APÓS longa ausência, volto hoje ao contacto com os habituais leitores do *Jornal do Algarve*, para numa perspectiva pessoal, fazer um breve balanço ao que tem sido e apontar o que deveria ser o nosso semanário.

Antes do mais e porque me parece que o apelo então feito não teve o eco que eu pretendia, recordo do no n.º 917, de 18-10-74 e sob o título «Aos colaboradores do *Jornal do Algarve*» escrevi que o jornal deveria possuir uma mais vasta rede de colaboradores que proporcionassem um amplo noticiário de todas as localidades algarvias e através da qual se propusessem soluções para os eventuais problemas aflorados. Passado mais de um ano sobre esse escrito, verifico, com pesar, que à excepção de tímidas tentativas nesse sentido e que foram desaparecendo tal como tinham surgido, o panorama ainda se deteriorou mais com a falta da colaboração de certos colaboradores habituais que escreviam sobre a terra que habitam. Por outro lado possui actualmente o *Jornal do Algarve* alguns colaboradores cujas crónicas pouco ou nada dignificam o periódico, ou não se integram no espírito regionalista que deveria ser a sua principal linha de orientação. De qualquer modo, são eles que semanalmente ajudam a fazer o *Jornal do Algarve*. Também eu abandonei a colaboração

por Eduardo Veríssimo de Sousa que prestava e a razão que a tal me levou foi o ter tido consciência de que os meus artigos não teriam interesse num semanário regionalista.

(Conclui na 4.ª página)

@ saúde
é a maior riqueza

EDUCAÇÃO ADEQUADA

Muitos dos maus hábitos adquiridos na infância repercutem durante toda a vida, tornando o indivíduo infeliz e inadaptado, isto é, um ser fora das normas da sociedade. A medicina já fixou regras especiais para evitar tal inaptidão e os seus efeitos nefastos. Essas regras constituem um dos objectivos da higiene mental.

Dê a seu filho uma educação adequada, pondo em prática os ensinamentos da higiene mental.

Manifestação de metalúrgicos e metal-mecânicos em Faro

No âmbito da paralisação de trabalho por duas horas, determinada pelo Sindicato dos Metalúrgicos e Metal-mecânicos do Distrito, efectuou-se um desfile pelas principais artérias da capital algarvia, em que se incorporaram centenas de operários, transportando o estandarte sindical e dísticos com alusões às reivindicações da classe — descongelamento da contratação colectiva, controlo operário, contra a subida do custo de vida, etc. Concentrados frente à Delegação do Ministério do Trabalho, foi lida e aprovada por aclamação uma moção exigindo fundamentalmente a aplicação imediata da Portaria e recomeço das negociações do Contrato Colectivo de Trabalho. A moção, a ser enviada ao Presidente da República, Conselho da Revolução e Primeiro-Ministro foi entregue ao delegado do Ministério do Trabalho que recebeu uma delegação dos manifestantes encabeçada pelos seus dirigentes sindicais.

Dirigindo-se aos presentes o delegado do M. T. salientou a forma ordeira e democrática como a manifestação decorreu, dizendo que as negociações da contratação reatar-se-iam na segunda-feira. Quanto à aplicação da portaria, apontou a firme disposição da Delegação em fazê-la aplicar, como tem vindo a acontecer, apelando para os trabalhadores e nomeadamente para as Comissões de Trabalhadores, no sentido de não pressionarem uma aplicação coerciva daquele diploma às empresas que concretamente sabem não terem disponibilidades económicas para a praticar, devendo outrossim apresentar concretamente os casos em que as firmas simulam debilidade financeira que efectivamente não exista.

A manifestação teve o apoio de vários organismos sindicais, designadamente do Sindicato dos Operários da Construção Civil, Madeiras e Mármore e de agrupamentos políticos, entre os quais a UDP e o PCP (Reconstruído).

Demonstre o seu carinho com prendas «CARAVELA»

CARAVELA



Vila Real de Sto. António

A Casa do Algarve comemora o 46.º aniversário

No próximo dia 11, comemora-se mais um aniversário da nossa Casa Regional em Lisboa. As 21 horas, na sua sede, na Rua Capelo, 5-2.º Dt.º, realiza-se uma sessão em que a escritora e jornalista Manuela de Azevedo, falará sobre João de Deus. Participam o Orfeão do Sport Lisboa e Benfica e o amador fotográfico, sr. Horácio Cruz, que exporá uma interessante colecção de motivos algarvios.

Marinhas

Em Marim, de grande produção, alugam-se ou vendem-se.
Para negociações, resposta ao n.º 143/76 deste jornal.

Federação de Municípios do Distrito de Faro

(ELECTRICIDADE)

Anúncio

CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DE UMA VIATURA EQUIPADA COM GRUA HIDRÁULICA PARA CARGA E DESCARGA DE MATERIAIS

Torna-se público, de harmonia com a deliberação do Conselho de Administração da Federação de Municípios do Distrito de Faro, em sua reunião ordinária de 22 de Janeiro de 1976 que, na sede da Federação, situada nos Paços do Concelho de Faro e perante o Conselho de Administração se procederá à abertura das propostas para arrematação do fornecimento em epígrafe, na primeira reunião que se realizar decorridos que sejam vinte dias, a contar do dia seguinte ao da publicação deste anúncio no Diário do Governo.

O depósito provisório no valor de 17 500\$00 deverá ser efectuado na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, suas filiais ou delegações, podendo ser substituído por garantia bancária.

As condições do concurso encontram-se patentes ao público na Secretaria da Federação de Municípios do Distrito de Faro, onde podem ser consultadas todos os dias úteis, dentro das horas de expediente.

Faro, 19 de Fevereiro de 1976

O Presidente do Conselho de Administração,

Joaquim Lopes Belchior

Serão proclamadas no próximo dia 8 as comemorações nacionais do 1.º centenário da «Cartilha Maternal»

Tal como já divulgámos, por iniciativa do Racial Clube, de Silves, (concelho a que pertence a freguesia de São Bartolomeu de Messines, onde João de Deus nasceu no dia 8 de Março de 1830), vai ser comemorado, a nível nacional, o primeiro centenário da «Cartilha Maternal» aparecida em 1876 e que revolucionou o ensino nas Escolas Primárias portuguesas.

A iniciativa do Racial Clube, nesta sua fase inicial, em torno da data do aniversário natalício do poeta, conta, desde logo, com o apoio da Associação dos Jardins Escolas João de Deus, com o patrocínio da Direcção Geral da Acção Cultural da nova Secretaria de Estado da Cultura, da Direcção Geral de Turismo e da Comissão Regional de Turismo do Algarve e ainda com a colaboração do Governo Civil de Faro e das Câmaras Municipais de Faro e de Silves.

Desloca-se ao Algarve, especialmente para o efeito, uma caravana de convidados, incluindo representantes das páginas literárias, dos principais órgãos de comunicação social, escritores, poetas, artistas plásticos, educadores, etc., que encherão de perto a terra natal de João de Deus e alguns dos locais onde ele se inspirou. Trata-se, pois, de uma autêntica jornada turístico-cultural, na linha de acção já desenvolvida pelo Racial Clube.

Espera-se que também esteja presente nas cerimónias a neta do poeta, dr.ª Maria da Luz de Deus Ramos.

O dia 8 de Março, em São Bartolomeu de Messines, será aproveitado para a proclamação pública das comemorações nacionais do centenário e para o lançamento das bases do grande concurso «João de Deus e a Cartilha Maternal vistos pelas crianças».

MAIS

2 Prémios Grandes

no valor de 1000 contos

vendidos nos balcoões da

CASA DA SORTE

que nas 3 últimas semanas distribuiu

pelos seus clientes

10 Prémios Grandes

na extração da semana finda

3.º Prémio — 18 558

500 contos

3.º Prémio — 53 208

500 contos

Sessão cultural em Moncarapacho

Assinalando o primeiro aniversário do «11 de Março», o Centro Cultural João Feliciano Galvão promove na quarta-feira, às 21 horas, na Casa do Povo de Moncarapacho, uma sessão de teatro e canto popular. Participam o Grupo de Teatro de Tavira, com a peça «As Espingardas da Mãe Carrar» e Zeca Afonso.

Ecós

Partidas e chegadas

Transferiu a residência do Porto para Lisboa o nosso assinante sr. Carlos Alberto Lopes Rodrigues Alves.

Farmácias

DE SERVIÇO

Em ALBUFEIRA, hoje e amanhã, a Farmácia Alves de Sousa; e até quinta-feira, a Farmácia Piedade.

Em FARO, hoje, a Farmácia Graça Mira; amanhã, Pereira Gago; domingo, Pontes Sequeira; segunda-feira, Baptista; terça, Oliveira Bomba; quarta, Alexandre e quinta-feira, Crespo Santos.

Em LAGOS, hoje, a Farmácia Ribeiro Lopes; amanhã, Lacobrigense; domingo, Silva; segunda-feira, Neves; terça, Ribeiro Lopes; quarta, Lacobrigense e quinta-feira, Silva.

Em LOULE, hoje, a Farmácia Pinheiro; amanhã, Pinto; domingo, Avenida; segunda-feira, Madeira; terça, Confiança; quarta, Pinheiro e quinta-feira, Pinto.

Em OLHÃO, hoje, a Farmácia Progresso; amanhã, Olhanense; domingo, Ferro; segunda-feira, Rocha; terça, Pacheco; quarta, Progresso e quinta-feira, Olhanense.

Em PORTIMÃO, hoje, a Farmácia Central; amanhã, Oliveira Furtado; domingo, Moderna; segunda-feira, Carvalho; terça, Rosa Nunes; quarta, Dias e quinta-feira, Central.

Em TAVIRA, hoje, a Farmácia Sousa; amanhã, Montepio; domingo, Abóim; segunda-feira, Central; terça, Franco; quarta, Sousa e quinta-feira, Montepio.

Em VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, hoje e amanhã, a Farmácia Silva; e até quinta-feira, a Farmácia Carmo.

Cinemas

Em ALBUFEIRA, no Cine-Pax, hoje, «Enquanto há guerra há esperança»; amanhã, «Golpe baixo»; domingo, «A fúria do desejo»; terça-feira, «Espírito Santo e os 5 magníficos canalhas»; quarta-feira, «Inocência e turbamento»; quinta-feira, «Com os olhos tortos de medo».

Em ALVOR, no Cinema Três Irmãos, hoje, amanhã e domingo, «O justiceiro da noite»; terça, quarta e quinta-feira, «A última sessão».

Em FARO, no Cinema Santo António, hoje, «Espírito Santo e os 5

cinema

III

3 irmãos

Hotel Alvor Praia
Praia dos Três Irmãos/Tel. 0-082-24021

EM EXIBIÇÃO (Até Domingo)

O JUSTICEIRO DA NOITE
c/ Charles Bronson

De 9 a 11 de Março
A ÚLTIMA SESSÃO
Não acons. a men. 18 anos

De 12 a 14 de Março
VEREDICTO
Não acons. a men. 18 anos

De 16 a 18 de Março
L'ASTRAGALE
Não acons. a men. 18 anos

AR CONDICIONADO
Sessões diárias às 21,30 h.
Respeitam-se as marcações até às 21 horas

João Pombo Lopes

Médico estomatologista
(BOCA E DENTES)
Cirurgia Oral

Ex-Assistente do Instituto Português de Oncologia.
Consultas diárias a partir das 16 h. na Rua Reitor Teixeira Guedes, 3-2.º — FARO — telef. 25855.

AGENDA

magníficos canalhas»; amanhã, em matiné e soirée, «Tudo boa gente»; domingo, em matiné e soirée, «Profissão: aventureiros».

Em LAGOS, no Teatro Cinema Império, amanhã, «Os 4 sargentos bóias verdes»; domingo, «Uma escrava é um descanso»; terça-feira, «A adolescente perversa»; quarta-feira, «A fúria do campeão»; quinta-feira, «Os malditos».

Em LOULE, no Cine-Teatro Louletano, amanhã, «Os 4 cavaleiros do Kung-Fu»; terça-feira, «Um espada para Hollywood»; quinta-feira, «Amar não mata».

Em PORTIMÃO, no Cine-Teatro, hoje, «A religiosa»; amanhã, «Os cavaleiros do terror»; domingo, «As insaciáveis»; segunda-feira, «Carregados perigosos»; terça-feira, «Tão sério como o prazer»; quarta-feira, «A violência do leopardo»; quinta-feira, «Mafalda».

Em S. BARTOLOMEU DE MESSINES, no Cine-Teatro João de Deus, amanhã, «A virgem e o cigano»; domingo, em matiné e soirée, «As noviças»; terça-feira, «Aleluia e Sartana, reis do gatilho»; quinta-feira, «Os gloriosos malucos das máquinas voadoras».

Em SILVES, no Cine-Teatro Silvesense, hoje, «Oh Calcutá»; amanhã, «A pistola»; domingo, em matiné, «Fernão Capelo Gaiivota» e em soirée, «Rosalino & C.»; terça-feira, «A primeira entrega»; quinta-feira, «Os complexos de Pontroy».

Em VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, no Cine-Foz, amanhã, «Um espada para Hollywood»; domingo, «As sobrinhas»; terça-feira, «Matem Django»; quinta-feira, «A Califã».

Televisão

Algumas rubricas que poderá ver no 1.º Programa da R. T. P.:

Hoje, às 13,30 horas, «Os Robinsons suíços», série filmada; 21,05, «Scriabiniana» (ballet); 21,20, tempo de criança, «Ester e as suas mentiras»; 22,15, Cinema 76, por Alfredo Tropa.

Amanhã, às 14,35 horas, Falar de educação; 15,50, Eurovisão,

transmissão directa do encontro de ruguebi País de Gales-França; 17,35, «Tom Brown», série filmada; 18,55, Concerto Sinfónico; 21,05, «Madame Butterfly».

Domingo, às 13,40, «Heidi», desenhos animados; 14, Eurovisão, Campeonato do Mundo de Patinagem Artística; 16,30, Hoje há palhaços; 17,30, O povo e a música, «Os amigos da música»; 18, TV rural; 18,30, «A folha do acer»; 19,25 «Rock em stock»; 21,30, Uma canção para a Europa, resultados finais.

Necrologia

D. Maria Bárbara Fernandes

Em Lisboa, onde há anos residia, faleceu a sr.ª D. Maria Bárbara Fernandes, natural do Azinhal, viúva de Ezequiel Faustino. Era mãe do sr. Ezequiel Norberto Faustino Fernandes; sogra da sr.ª D. Maria Rosa Mória Perrolas Fernandes; avó da sr.ª D. Maria Bárbara Perrolas Fernandes Barata Simões, ca-

Oliveiras

Enxertadas em zambujeiros com seis a dez anos de enxertia e em plena frutificação. Vende:

João Afonso Madeira — ALTE — Algarve.

Andar recuado

Pretendo alugar com mínimo de 4 assoalhadas e terraço.

Resposta para B. S. B. — Apartado, 3 — FUSETA.

sada com o sr. Carlos Paulo Barata Simões e dos srs. Ezequiel Francisco Perrolas Fernandes, casado com a sr.ª D. Maria de Lourdes Arsenio Revez Perrolas Fernandes; e Emilio José Perrolas Fernandes; e bisavó dos meninos Carlos Tiago Perrolas Fernandes Barata Simões, André Perrolas Fernandes Barata Simões e Ezequiel Nuno Revez Perrolas Fernandes.

José dos Santos Júnior

Em Vila Real de Santo António, de onde era natural, faleceu o sr. José dos Santos Júnior, de 70 anos, casado com a sr.ª D. Esperança Rodrigues Madeira, antigo proprietário da Pensão Mateus. Era pai do sr. Ezequiel Rodrigues Geraldo, casado com a sr.ª D. Celeste Ferreira da Costa Geraldo e avô dos meninos José António Ferreira Geraldo e Eduardo Jorge Ferreira Geraldo.

Muito conhecido e estimado, o seu funeral constituiu sentida manifestação de pesar.

As famílias enlutadas apresentam o

Jornal do Algarve, sentidos pésames.

Eventual auxílio aos agricultores prejudicados pela geada negra

A Estação Agrária de Tavira, avisa os agricultores que tenham sofrido danos graves em culturas hortícolas em abrigos e de citrinos, por virtude da geada da madrugada de 27 de Janeiro, que, até 10 deste mês deverão fazer a sua inscrição nos locais que a seguir se indicam, de forma a habilitar aquele organismo a informar superiormente sobre o montante global dos prejuízos havidos, para efeitos da concessão de eventuais auxílios:

Grémio da Lavoura de Castro Marim; Viveiros Florestais de Monte Gordo; Estação Agrária de Tavira; Núcleo de Assistência Técnica de Faro; Grémio da Lavoura de Silves; Núcleo de Assistência Técnica de Portimão; Cooperativa de Fruticultores de Lagos e Casa do Povo da Conceição de Faro.

TAP CARACAS

ao serviço de mais portugueses



A partir de 3 de Abril.
2 vezes por semana.

Idas às 4.ª e sábados.

Regressos às 5.ª e domingos.

Entre Lisboa e Caracas,

um grande abraço TAP.

Um novo rumo da

Companhia portuguesa de aviação.

Consulte o seu Agente de Viagens

TAP
TRANSPORTES
AÉREOS PORTUGUESES

Em "pool" com a Viasa

TRIBUNA LIVRE

(Conclusão da 1.ª página)

É porque não havemos de falar na projectada barragem de Odeleite? Um projecto com quatro décadas, tinha obrigação de receber prioridade, por tantas razões quantas as que vamos enumerar: o seu custo deverá reduzir-se a menos de um quarto; a área irrigável é enorme e com terrenos de óptima qualidade; os habitantes das áreas vizinhas estão necessitadíssimos de postos de trabalho; as indemnizações a pagar nos terrenos que iriam ser submersos, seriam de pouca monta, dada a sua qualidade e assistiríamos a uma mais justa aproximação entre a serra (de vivência miserável) e um litoral com um modo de vida mais próximo do razoável. Aglomerados populacionais sujeitos a submersão, não existem.

Ora, se aliarmos a estas nossas opiniões o facto de não existir qualquer barragem, desde a de Silves ao Guadiana, que possa segurar as águas de toda esta vasta serra, e se aceitarmos como realidade que a falta de albufeiras no interior, para prender as águas, contribui para que o seu nível se ache cada vez a maior profundidade, somos forçados a exigir que esta barragem de Odeleite passe do projecto à realidade.

Seja qual for a política, por muito que se teime em que o Algarve é zona de turismo os responsáveis pela Província terão de levar ao conhecimento dos legisladores de S. Bento esta necessidade. E bom será que os privilegiados da «cintura industrial de Lisboa» conheçam de perto as dificuldades com que se debatem os habitantes desta região serrana, e que da construção desta albufeira resultará, com certeza, maior abundância de alimentos para o abastecimento da capital.

A ribeira de Odeleite nasce em pleno centro da serra do Caldeirão, próximo da povoação de Cortelha. Sempenteando numa distância de cinquenta quilómetros, vai desaguar no Guadiana. Cerca de três

quilómetros separam a povoação de Odeleite da foz do rio e, um pouco antes, dá-se a junção da ribeira da Foupana com a de Odeleite. Ambas têm o seu ponto de origem a curta distância e caminham paralelamente a uma distância que raramente ultrapassa os 10 quilómetros. Daí, que o bolorento projecto esteja dotado com a possibilidade de um canal-desvio, a permitir que e água da Foupana se encaminhe em parte para a ribeira de Odeleite avolumando, assim a projectada albufeira a construir quase junto da estrada de Vila Real de Santo António-Beja. Um canal com várias ramificações estender-se-ia até às proximidades de Tavira, tornando irrigáveis milhares de hectares, desde Monte Francisco (Castro Marim), aproveitando os seus sapais abandonados e toda a área de S. Bartolomeu, Cacela e Conceição, etc.

Não serão milhares de hectares? Não será uma riqueza a não perder de vista? Não deverá esta, e outras mais, fazer parte da tão discutida Reforma Agrária? Quem se apresenta a discordar? Nós cá estamos e não será este se Deus nos ajudar o último desabafo. Porque não conhecemos apenas Vilamoura!

Manuel Faria

Cruz Barata

ADVOGADO

Escritório: R. Teófilo Braga, 72

Telefone 19

VILA REAL STO. ANTONIO

Fernando Pereira

Pintor de Construção Civil

Todo o serviço de pintura e envernizamento e colocação de papel. Tratar com Rua F — n.º 10 1.º — Dto. — Hortas — Vila Real de Santo António.

Ponto de mira

(Conclusão da 1.ª página)

sob o aspecto político, arrecadavam os benefícios materiais, económicos e outros, que logicamente poderiam ser para Portugal — para a economia portuguesa, tão faltadíssima de ajudas reais — e que alguns dos nossos governantes se deram ao luxo, com a teimosia e frenética oposição ao reconhecimento da R. P. A., (in)justificadas por uma posição de partidarismo e eleitoralismo condenável e impopulares, de não quererem saber aproveitar.

Ainda se a economia portuguesa estivesse numa situação favorável, desafogada, com muitas possibilidades de aquisição de matérias primas tão necessárias (pensamos no café, no algodão, no petróleo, etc.) à nossa indústria; se houvesse desajogo de divisas para podermos adquiri-las sem problemas noutras procedências, poderia tentar-se compreender a teimosia errada dessa posição tomada pelos responsáveis do PPD e do CDS, em não quererem que se reconhecesse oficialmente a R. P. A. Mas, assim, pensamos que somente a ganância política e eleitoralista poderia ter norteado, e continuar a nortear a orientação desses partidos. (E que estão em Portugal, actualmente, ainda, mais de trezentos mil portugueses retornados de Angola. Compreenda-se).

Achávamos que era tempo, mais que tempo, até, dos nossos governantes terem dado essa prova de consciência e de inteligência revolucionárias! Porque a verdade é que não podemos afirmar que

Notariado Português

Cartório Notarial do Concelho de Lagos

A CARGO DA NOTÁRIA LICENCIADA EM DIREITO PALMIRA AMARAL SEABRA

Certifico narrativamente que por escritura de onze de Fevereiro de mil novecentos e setenta e seis, lavrada de folhas quarenta e sete verso a folhas cinquenta do Livro de notas para escrituras diversas número A-Oitenta e sete, deste Cartório, foi constituída entre Dr. José Joaquim Lopes de Figueiredo Luís e Flávio de Carvalho Rodrigues, casados, residentes em Lagos, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos dos artigos seguintes:

PRIMEIRO — A sociedade adopta a firma «FIGUEIREDO & RODRIGUES, LIMITADA», tem a sua sede em Lagos, na Rua da Porta de Portugal, número vinte e um, rés-do-chão, freguesia de São Sebastião.

SEGUNDO — O seu objecto é o comércio de «snack-bar», pastelaria, tabacaria e livraria, e qualquer outro que os sócios acordarem e seja permitido por lei.

TERCEIRO — A duração da sociedade é por tempo in-

determinado, contando-se o seu início desde a data desta escritura.

QUARTO — O capital social é de cem mil escudos representado por duas quotas de cinquenta mil escudos, cada uma, subscritas pelos sócios José Joaquim Lopes de Figueiredo Luiz e Flávio de Carvalho Rodrigues, e realizadas em dinheiro.

QUINTO — Ambos os sócios são gerentes, com dispensa de caução e com a remuneração que for fixada em Assembleia Geral.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — Para obrigar a sociedade é necessária a assinatura dos dois sócios, mas para assuntos de mero expediente basta a assinatura de qualquer deles.

PARÁGRAFO SEGUNDO — Ambos os sócios poderão delegar em todo ou em parte os seus poderes de gerência temporariamente em pessoa estranha à sociedade.

SEXTO — É expressamente proibido aos gerentes obrigar a sociedade por meio de avales, fianças, assinaturas de favor ou quaisquer actos ou contratos estranhos aos negócios sociais.

PARÁGRAFO ÚNICO — Tudo o que for praticado em contravenção do que fica estipulado, será considerado excessivo abuso do mandato, e, como tal nulo em relação à sociedade, e fará incorrer o infractor nas competentes responsabilidades legais.

SÉTIMO — É livre a cessão de quotas entre os sócios, bem como a divisão das mesmas entre os herdeiros dos sócios, na cessão a estranhos terá sempre preferência a sociedade ou o outro sócio, e se houver dúvidas sobre o valor sobre que se vai negociar a quota, dar-se-á um balanço especial e será o preço apurado o que será pago ao cedente.

OITAVO — Os lucros líquidos que resultarem do balanço anual deduzida a percentagem para o fundo de reserva legal, serão distribuídos igualmente pelos sócios, mas poderão os sócios por acordo distribuir parte dos lucros para formar fundos especiais para a estabilidade da sociedade.

NONO — No caso de falecimento de qualquer sócio os seus herdeiros exercerão em comum os seus direitos, devendo porém indicar por escrito à sociedade um deles para os representar na sociedade.

DÉCIMO — Salvo os casos em que a Lei exija formalidade especial, as assembleias gerais serão convocadas por cartas dirigidas aos sócios expedidas com oito dias de antecedência.

DÉCIMO PRIMEIRO — Esta sociedade não se dissolverá nem pela vontade, nem pelo falecimento de um dos sócios, mas apenas nos casos previstos na Lei.

É certidão que fiz extrair e vai conforme aos originais.

Lagos, dezasseis de Fevereiro de mil novecentos e setenta e seis.

A Ajudante do Cartório Notarial,
Luísa Simões Costa

Gabinete Técnico

Projectos de instalações eléctricas e postos de transformação.

Engenheiro especializado.

Telefone 23962 (FARO).

Problemas da agricultura algarvia

(Conclusão da 1.ª página)

tudo o interesse que existisse já em Portugal o «seguro de colheita».

«É precisamente nesse sentido que a política do Ministério se encaminha, para que exista um seguro de colheita paralelo à fixação de preços de garantia dos produtos. Só assim o agricultor, especialmente o pequeno e médio agricultor se defenderá em face da anarquia dos circuitos de comercialização pois encontra aí um risco económico muito profundo e as oscilações e dificuldades de colocação dos produtos podem destruir de um momento para o outro todo o seu esforço de uma campanha inteira.

PREÇO DIFERENCIADO PARA O LEITE ALGARVIO

«Paralelamente a estes motivos centrais da minha visita, aproveitei para contactar com os serviços regionais da minha Secretaria de Estado, a fim de trocar impressões com os respectivos responsáveis no sentido de discutirmos e analisarmos os problemas mais importantes da agricultura algarvia. Entre eles foi focado como particularmente importante o do abastecimento do leite à região algarvia. A política que em tempos tinha sido seguida, de um preço diferenciado para o Algarve e que foi já suprimida, parece ter tido consequências graves. Estamos neste momento perante um impasse: a União das Cooperativas reivindica um preço superior ao que vigora para o conjunto do País e nisso tem uma certa base de razão, dado que os custos de produção do leite no Algarve são mais elevados que nas outras regiões. Por outro lado, existe um elevado potencial genético entre os efectivos animais, os bovinos leiteiros, e como a região do Algarve é zona de consumo tendencialmente crescente de leite, à primeira vista parece-me que o Governo terá mesmo que adoptar uma política de preços diferenciados e não pode ir para a destruição das potencialidades de produção que existem. Se assim o fizer e se essa solução tardar, o que vai acontecer é que deixa de ter sentido o movimento cooperativo, quer das cooperativas de 1.º grau, quer da União de Cooperativas e a distribuição de leite que é um sector muito importante e que tem consequências higiénico-sanitárias muito importantes, passará a ser uma anarquia numa região como o Algarve, onde o turismo conta muito, tendo consequências bastante funestas.

«Do conjunto de pontos tratados, cito também o da floresta das serras do Algarve, especialmente no que se prende à construção de barragens que é fundamental para certa produção pecuária, em especial de ovinos. Temos que regressar de novo às pastagens, que já tinham sido iniciadas com sucesso na região do Algarve e a que o Fundo de Fomento Florestal não deu sequência por carência de verbas. Isto é de considerar, pois que a produção de bovinos nas regiões serranas do Algarve está neste momento em decréscimo e não há razão nenhuma para isso. Por outro lado o da suinicultura, há até a pretensão de uma cooperativa de construir instalações para um matadouro de porcos e em troca de impressões com as entidades sanitárias responsáveis (a Direcção Geral dos Serviços Pecuários) verificámos que há possibilidade de aumentar os efectivos na suinicultura e de construir mais instala-

ções, sem grandes perigos de peste suína africana que não tem tido intensidade na região algarvia, ao contrário do que sucede na zona alentejana.

CIRCUITOS DE COMERCIALIZAÇÃO

O Algarve é no essencial uma região minifundiária, uma das regiões de cultura mais intensiva do País, onde há já grandes inovações técnicas e uma vontade determinada, da parte dos agricultores, de adoptarem processos inovadores e francamente atirados para a frente. O grande «calcanhar de Aquiles» da agricultura algarvia são os circuitos de comercialização. Ora, o cooperativismo tem uma palavra essencial a dar sobre a matéria. Na troca de impressões com alguns dirigentes cooperativistas analisámos um conjunto de medidas que podem ser tomadas a curto prazo sobre o desenvolvimento das cooperativas no Algarve. Não foram grandes medidas, mas o assunto deve ser entregue à Comissão de Planeamento Agrícola ou mesmo a uma comissão especializada em cooperativismo. Mas há medidas que se podem adoptar desde já e entre elas a da construção de uma central leiteira para a União das Cooperativas, iniciativa sem dúvida controversa mas que está nas instâncias competentes do Ministério e que os dirigentes daquele organismo, desde que seja concedido o regime de preço diferenciado, consideram útil.

«Ainda no sector cooperativista, é muito importante o número de cooperativas que se estão a criar, quer de retornados quer na região serrana. Também há já várias cooperativas de reprodutores, todas em marcha e espero que dentro de algum tempo aqui possam ser constituídas cooperativas-modelo para as regiões minifundiárias, no sentido de juntarem as terras para uma exploração parcial em comum e no sentido de juntarem esforços para adoptar formas de agricultura mais evoluídas. De qualquer forma entendo que nada deve ser feito no Algarve que não tenha em conta o grande problema da comercialização dos produtos agrícolas e que só as cooperativas assumirão uma posição estratégica nessa matéria.

No âmbito da sua visita, o secretário de Estado do Fomento Agrário reuniu com o dr. Almeida Carrapato, governador civil do Distrito, a quem um grupo de agricultores expressou o desejo da constituição da Comissão do Planeamento Agrícola do Algarve e arg. Rui Paula, director do Gabinete do Planeamento. Visitou também a Estação Agrária de Tavira, o curso de horticultura que decorre nos viveiros de Monte Gordo, e a Cooperativa Agrícola dos Produtores de Azeite de Santa Catarina de Fonte do Bispo.

Fatos para homem

Bonitos padrões em lã, terylene, etc. Peça amstras à COTEMA — Apartado 245 — COVILHA.

L A G O S

Trespasa-se grande armazém com 200 m2 centro da cidade, óptimo para supermercado, depósito de mercadorias ou qualquer ramo.

Respostas a Abel Figueiredo Luiz Sucessores, Pesca e Conservas, S. A. R. L. — Lagos.

Horta vende-se

Situada entre Faro—Olhão

Com cerca de 1 hectare, bastantes casas, armazém, norra com motor, etc.

Tratar pelos telefones 24705 ou 22488 de Faro.

MÁRIO SANTOS

MEDICO ESPECIALISTA

DO INSTITUTO PORTUGUÊS DE ONCOLOGIA

FRANCISCO GENTIL

DOENÇAS DE SENHORAS

Consultas: Março, 13 e 27. Marcação pelo telefone 42378 — Monte Gordo.

Consultório: Rua 10 — Monte Gordo, junto aos apartamentos Monte Sol.

EXÍLIO

O mar do exílio afoga quem se quer afogar. Cada qual é um naufrago a quem lhe falta o mar.

Um gesto, um raciocínio, incendeia a emoção. E não há riso, ou flor, que alivie a tensão.

Por vezes acontece voltar a face ao espelho. É um jovem de 20 anos é mais velho que um velho

Procura-se no fundo da mais distante história um resíduo do mundo só vivo na memória.

Que a lembrança mais viva de que é feita a saudade tem mais dor e miséria que paz e liberdade.

Dor que a raiva incendeia numa impotência lassa para voltar à origem que de origem não passa.

O mar do exílio afoga quem se quer afogar. E somos todos naufragos a quem nos falta o mar.

Paris, 14-8-1964

A. Vicente Campinas

Viva despreocupado
Empregue o seu capital
Cesário & C.ª, Lda.
EXISTE PARA O SERVIR
Vende, compra e troca

MORADIAS
ANDARES
APARTAMENTOS
em regime de propriedade horizontal
Encarrega-se de todos os contactos com inquilinos
Sede: Rua José de Matos, 33
Telefs. 26216 ou 25998 de FARO

certos responsáveis políticos, que tão ferocemente se opuseram, dentro e fora do Governo, ao justo reconhecimento da R. P. A. pudessem servir os realíssimos interesses da Nação. O atraso neste reconhecimento não serviu os verdadeiros interesses do povo português — o que cá estava e o que de Angola regressou a Portugal. Puseram, isso sim, e com terríveis prejuízos imediatos e (quem sabe?) a longo prazo, — há feridas que custam muito a cicatrizar — em perigo os reais interesses da Nação.

Esse atraso não poderá conseguir repor no devido lugar um bem primordial, como é a confiança, quando esse bem parece ter ficado seriamente abalado ou, mesmo, perdido. Esperemos que tal estado de coisas não se tenha verificado e que, em definitivo, os dois países, o novo e o velho, os povos dos dois países, possam continuar a desenvolver os laços de fraterna estima, em nova camaradagem, que verdadeiramente se respeitem de mútua maneira. E que uma grande data, para o povo angolano, a de 4 de Fevereiro, foi ingloriamente perdida há escassas semanas — um tempo infinito, em casos desta natureza! — pelos responsáveis da nossa governação. Se o que infalivelmente viria a acontecer, como agora aconteceu, teria tido, nessa data, um saboroso gosto a vitória do nosso País, do nosso Povo, o reconhecimento da R. P. A. em 4 de Fevereiro teria podido apagar certas nódoas de incompreensão e de injustiça existentes, e renovado a nossa posição de confiança junto dos dirigentes e do povo de Angola, a nova. Mas, agora, depois de oitenta e sete países do mundo terem reconhecido como o único e legítimo o Governo do dr. Agostinho Neto, o reconhecimento da R. P. A. pelo Governo Português nunca pode ter o impacto político internacional, não pode ecoar no coração do povo angolano como se este justíssimo acto tivesse ocorrido há meses ou, mesmo, há umas quantas semanas.

Se tivéssemos demorado uns quantos dias mais neste reconhecimento, arriscar-nos-íamos a chegar à meta — dos reconhecimentos da R. P. A. — em primeiro lugar, à frente de todos os outros países. (Evidentemente, a começar pelo fim...)

Felizmente que o bom senso prevaleceu, contra os condenáveis e mesquinhos interesses eleitoralistas de alguns chefes de certos partidos políticos que provaram, se isso ainda fosse necessário, que não estão, que nunca estiveram, a favor da maré-montante da Revolução democrática. Desta Revolução democrática, a caminho do Socialismo, em que o povo, os trabalhadores de Portugal, se encontram empenhados de alma e coração. E que tudo farão para a não deixarem perder.

23-2-76

A. Vicente Campinas

CONTABILIDADES ATRASADAS!

EXECUTAM-SE

Consulte:

NOVAConta - Execução de Contabilidades, Lda.

Telefone 23891

Apartado 129

PORTIMÃO

Faltam algarvios em Lisboa?

(Conclusão da 1.ª página)

missão de turismo e propaganda subiu as escadarias do Secretariado de Informação para expor que, não havendo alojamentos condignos e em número suficiente para os turistas que procuravam viver a beleza paisagística e a benignidade do clima do Algarve — era um contrassenso fazer mais conferências sobre turismo. Até que ouvimos dizer que iria ser publicada a lei fundamental da criação do Fundo de Turismo, o que se deu em 1956, e ao abrigo da qual não só os empresários de hotelaria poderiam contrair empréstimos bancários, como também o Fundo de Desemprego poderia conceder subsídios para a construção de unidades hoteleiras.

Mas não foram só estes dois meios os utilizados. Os nacionais concorreram também com os seus capitais. E as estatísticas do turismo dizem que de 1968/73 estes investiram precisamente 88 092 contos, entre os 1 443 360 contos que os outros meios financeiros portugueses investiram. Também os estrangeiros concorreram com 251 470 contos, o que tudo elevou os investimentos para 1 694 830 contos.

O Fundo de Turismo esclareceu a Casa do Algarve que devido a existirem investimentos não apoiados por ele, se calcula em quantia superior a 2 milhões de contos as verbas aplicadas em unidades hoteleiras e similares no Algarve.

Com o que atrás dissemos, não queremos afirmar que os algarvios residentes no Algarve não tenham contribuído com uma quota-parte do seu esforço para o fenómeno económico que o turismo representou para a nossa Província.

Havemos, porém, de concordar que o relevo que a Imprensa da capital estava dando às conferências que na nossa Casa Regional se vinham realizando, fez acordar alguns espíritos adormecidos.

Não deve esquecer-se o papel que nessa batalha do Turismo travou em determinada altura, o jornalista algarvio José Barão, redactor principal de «O Século» e fundador do *Jornal do Algarve*, e que já anteriormente dirigira «Os Novos». A sua tertúlia, aos sábados à tarde, nos cafés de Lisboa, reunia aqueles que tinham ideias sobre a promoção económico-social da Província. Os gritos de alerta para o fenómeno do turismo na Província, eram constantes. A comissão cultural da Casa do Algarve e a sua comissão de turismo e propaganda trabalhavam o melhor que podiam e sabiam.

Mas os homens esqueceram depressa a mensagem que nos deixou o major Mateus Moreno, conhecedor profundo da História e sobretudo daquela que tinha sido produto dos naturais do Algarve. A palavra algarvio — dizia ele — deve ser sempre escrita com A maiúsculo, tal o sentimento de valor que os seus naturais deixaram espalhar pelo mundo inteiro.

Apesar de se contarem por dezenas de milhares os algarvios que habitam Lisboa e os seus arredores, não chegam a 600 os sócios da Casa do Algarve, actualmente. Se não fora o rendimento das actividades festivas nas matinées dancantes e o aluguer do salão para reuniões diversas, as receitas proveniente dos sócios não cobriam as despesas correntes de renda, empregados, etc.

Os chamados algarvios intelectuais, remeteram-se a um mutismo nada colaborante no prosseguimento da elevada missão que devia caber à nossa casa regional, e neste momento a crise passageira do turismo nacional precisa da colaboração dos valores algarvios residentes na capital. E, assim verificamos que para a promoção do turismo algarvio através do diapasão que a cultura musical e a Rádio-televisão lhe poderão dar, os sete intelectuais algarvios escusavam-se

Trespasa-se

Salão de cabeleireira de senhoras que dá para outro ramo de negócio, em Monte Gordo. Bem situado. Motivo: doença do proprietário, que o impossibilita estar à frente do negócio.

Resposta para o telef. 42144 — MONTE GORDO.

na sua maioria a comparecer, com excepção do dr. Ivo Cruz, olhanense por direito de sangue.

Falou-se em tempo na criação do Ensino Universitário no Algarve, e nós batemo-nos pelo ensino politécnico, sobre o qual publicámos diversos artigos no «Correio do Sul» e no «Jornal do Comércio», de Lisboa, em Março, Abril e Maio de 1972. Em Agosto de 1973 voltámos a publicar no «Correio do Sul» dois artigos, «Finalmente criado no Algarve o Ensino Superior».

Neste momento verifica-se que em Faro têm-se realizado cursos livres de disciplinas professadas na Faculdade de Letras de Lisboa, com a assistência de mestres desta Faculdade.

Quando ao ensino politécnico, que é a base da promoção económica, através da montagem de novas indústrias na nossa Província, nada se ouve dizer, a não ser que nos projectos dos ministros da Educação e Cultura figurava a instalação daquele ensino na Província; mas os Institutos Politécnicos estão a ser inaugurados no Norte do País!

Escrevemos ultimamente um estudo económico, com destino à Confederação da Indústria Portuguesa, de que promovemos a publicação na «Folha do Domingo», e no qual, aproveitando matérias primas abundantes no Algarve, propusemos a montagem de indústrias de fabricação de determinados produtos químicos que, em 1973/74, foram importados, no valor médio anual de 161 000 contos.

Oxalá os nossos comprovincianos o leiam e apreciem e lhe deem a colaboração, já que muitos são de opinião que o Algarve não se deve ater apenas à exploração turística, às indústrias de pesca e conservas e à exploração agro-pecuária.

E que entre os 400 engenheiros químicos e de máquinas que, segundo a Ordem dos Engenheiros, estavam no final do ano desempregados, é natural que haja alguns algarvios.

A. de Sousa Pontes

Correia & Paulinos, Lda.

Certifico, para efeitos de publicação que, por escritura de 3 de Fevereiro corrente, lavrada neste Cartório, a cargo da Licenciada Catarina Maria de Sousa Valente, e exarada de folhas 34 v.ª a folhas 36 v.ª, no livro de notas para escrituras diversas, número B-61, João Pires da Silva Correia; Joaquim Antunes Paulino; e José Antunes Paulino, todos residentes nesta vila de Lagoa, constituíram, entre si, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada que se regula nos termos constantes dos artigos seguintes:

Primeiro: — A sociedade adopta a firma «CORREIA & PAULINOS, LIMITADA», tem a sua sede no sítio do Carmo, freguesia e concelho de Lagoa e durará por tempo indeterminado, entrando hoje em exercício.

Segundo: — O seu objecto é a reprodução, criação, compra e venda de produtos pecuários, podendo, no entanto, dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria que os sócios deliberem explorar.

Terceiro: — O capital social, integralmente realizado e subscrito em dinheiro, já entrado na Caixa Social, é de setecentos e cinquenta mil escudos e corresponde à soma de três quotas, no valor nominal de 250 000\$00, uma de cada sócio.

Quarto: — A gerência e administração da sociedade, dispensadas de caução e com ou sem remuneração, conforme for acordado em Assembleia Geral, serão exercidas por todos os sócios, que, desde já, ficam nomeados gerentes.

Parágrafo primeiro: — Para obrigar a sociedade, em todos os seus actos e contratos, é necessária a assinatura de dois gerentes, sendo sempre indispensável e obrigatória a assinatura do sócio João Pires da Silva Correia.

Parágrafo segundo: — Na ausência ou impedimento do sócio João Pires da Silva Correia, serão os seus poderes de gerência exercidos por sua mulher, Maria do Rosário Neves de Sousa e, no caso de ausência ou impedimento de ambos, será passada procuração bastante a qualquer pessoa estranha à sociedade, ou a outro sócio.

Quinto: — É expressamente proibido à sociedade obrigar-se em fianças, letras de favor ou aval cambiário, ou em actos de natureza semelhante, que sejam estranhos aos negócios sociais.

Sexto: — A gerência fica, desde já, autorizada a comprar ou vender veículos automóveis.

Sétimo: — Na cessão de quotas a estranhos é reconhecido, com eficácia real, o direito de preferência aos sócios não cedentes.

Oitavo: — Em caso de falecimento, interdição ou inibição de um dos sócios, a sociedade continuará com os herdeiros do falecido ou representantes do incapaz ou interdito, devendo aqueles escolher entre si, um que a todos represente na sociedade, enquanto a quota se mantiver indivisa.

Nono: — Os sócios poderão efectuar prestações suplementares de capital, não vencendo estes quaisquer juros ou bônus, podendo também ser estipulados suprimentos, nas condições que, em assembleia geral, forem estabelecidas.

Décimo: — Quando a lei não exigir outras formalidades e prazos serão as reuniões da Assembleia Geral convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios, com a antecedência mínima de oito dias.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Lagoa, 4 de Fevereiro de 1976

A 2.ª Ajudante,

a) *Maria José Correia Bravo*

Terreno em lotes

Urbanizado para construção, no centro de Quarteira.

Vende-se: Tratar c/ Manuel Pontes da Horta — Tel. 65230 — Quarteira.



BUTAGAZ PROPAGAZ

Possuímos oficina e técnicos especializados em reparações de:

ESQUENTADORES, FOGÕES, FRIGORÍFICOS e TODA A GAMA DE ELECTRODOMÉSTICOS.

INSTALAÇÕES DE ÁGUA CORRENTE E ELECTRICIDADE.

MONTAGENS DE INSTALAÇÕES PARA GAS BUTANO/PROPANO.

Aceitam-se trabalhos em todo o ALGARVE.

Consulte



Rua Dr. Cândido Guerreiro, 50
Telefone 23032/7 F A R O

Mais Algarve para o JORNAL DO ALGARVE

(Conclusão da 1.ª página)

lista. Vivo fora do Algarve e, por isso mesmo, estou dissociado dos verdadeiros problemas da nossa Província. Portanto, e por mais válida que a minha colaboração pudesse ser, ela não poderia focar o que, aqui e agora, mais nos interessa — o Algarve, os seus temas e problemas, a denúncia de situações

Sérgio Farrajota Ramos

Médico dermatovenerologista
Professor agregado de Medicina Interna

DOENÇAS DA PELE E VENERÉAS

Consultório e Residência:

Rua Transversal à Av.ª 25 de Abril — Lotes 9 e 10 r/c B.

Telefone 23398 — Portimão

Consultas a partir das 17 h.

Notícias de S. Brás

Os homens da Misericórdia

HÁ já muito tempo que idealizava escrever umas breves e despretensiosas linhas neste cantinho que o *Jornal do Algarve* pôs ao dispor dos são-brasenses, mas só hoje vou fazê-lo.

Porquê? Porque gostaria de contar aos meus leitores o que é S. Brás de Alportel e sobretudo, tentar galvanizar os são-brasenses para possíveis obras de engrandecimento da nossa terra.

Nesta primeira apresentação, acho imprescindível dizer-vos que não sou militante de nenhum partido, muito embora me considere um independente de esquerda. Por isso não procurem ver nestas linhas e nas futuras, qualquer interesse que não seja o de S. Brás de Alportel em geral.

Depois desta breve mas necessária apresentação, vamos ao primeiro ponto que gostaria de focar.

Refiro-me à obra, meritória a todos os títulos, que a mesa da Santa Casa da Misericórdia local tem vindo a realizar. Numa terra onde se critica muito, e pouco se faz (é isto verdade ou não?) Alvaro Botinas e seus companheiros levantaram o moribundo Hospital e transformaram a creche num modelo de assistência infantil.

Mas em breve, debruçar-nos-emos mais em pormenor sobre este aspecto, pois a par de críticas que iremos fazer aos sectores que acharmos merecedores delas, também elogiaremos quem merece. Até breve, pois.

Miguel Alexandre

e as soluções preconizadas, o dia-dia das suas populações, os seus anseios, a sua vida.

Estes são os aspectos que reputo de primordiais e que, em meu entender, deveriam ocupar as páginas dos periódicos regionalistas. No entanto, esses artigos só poderão ser escritos, conscientemente, pelos algarvios que vivem tais situações e não pelos que as conhecem indirectamente.

É evidente que um jornal não se pode restringir apenas aos temas regionais, informando e formando. Deveria, também, haver uma secção para a divulgação dos anseios e das realizações dos algarvios que labutam fora da nossa Província e que tanto a têm dignificado. Igualmente me parece útil que o jornal possuísse uma secção de actualidades nacionais em que, semanalmente, fosse proporcionado àqueles que nos lugares mais recônditos do Algarve, não têm acesso a outras formas de informação, uma panorâmica, ainda que sucinta, do que de mais importante se passa no nosso País.

Uma secção cultural também é fundamental. Sob este aspecto, será válida toda a colaboração que, com um mínimo de qualidade, se integre no espírito norteador que deverá presidir a todas as publicações — isenção ideológica e partidária. Também me parece importante a inserção de reportagens fotográficas, um meio válido para a divulgação da nossa Província. E muitas outras secções poderiam surgir, como uma infantil, recreativa, de actualidade internacional, etc.

Voltando um pouco atrás, e embora repetindo-me relembro que, em parte, e sob o aspecto regionalista, o *Jornal do Algarve* tem falhado. É importante e útil fazer um levantamento social do Algarve. É urgente denunciar todas as situações que carecem de solução adequada. É imperioso apontar essas mesmas soluções. É necessário que todos os algarvios se conscientizem do que é a sua Província e se mentalizem de que é com o esforço conjunto que se conseguirá dignificar a vida algarvia. É preciso que os algarvios não esqueçam que o Algarve não é só a zona litoral.

Em toda esta problemática o *Jornal do Algarve* terá, com certeza uma palavra a dizer. Para tanto bastará que ele seja «mais Algarve», que alguns colaboradores repensem os seus artigos e que outros surjam. E, principalmente, será necessário que a direcção do jornal defina uma linha clara de orientação, seleccione a colaboração que lhe chega às mãos e procure ainda outra colaboração.

Janeiro de 1976

Eduardo Veríssimo de Sousa

Alojamento de retornados no Algarve

TENDO em vista uma troca de impressões acerca do problema de alojamento dos retornados, foi marcada uma reunião para o Governo Civil, com os representantes dos aldeamentos turísticos do Algarve, cuja capacidade se cifra em cerca de 40 mil camas. Na reunião participariam, além destes elementos (cerca de 20 aldeamentos) o chefe do Distrito e representantes da Associação dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve e Sindicato dos Profissionais da Indústria Hoteleira e Similares do Distrito de Faro. Contudo apenas se registou a presença de um representante de um aldeamento turístico, o da Quinta da Balala, pelo que não foi viável a solução pretendida (transferência dos retornados dos hotéis de 4 e 3 estrelas para os aldeamentos) por esta via.

Perfumarias Lourdete

Comércio de Perfumarias nacionais e estrangeiras com vendas directas ao público ao preço de fábrica e

Grande variedade de artigos de brinde e brinquedos

Sede: Rua do Alportel, n.º 1 e 3

Telef. 23382

F A R O

Sucursal: Rua Horta Machado, 21-A — Faro

VIVEIROS DE CASTROMIL

Árvores

de fruto, jardim, avenidas e parques, rigorosamente inspeccionadas e seleccionadas.

Visite-nos e peça catálogo.

VIVEIROS DE CASTROMIL — Cete Telef. 945006 (HÁ QUASE MEIO SÉCULO) (PORTO)

SOPURSAL
Sociedade Industrial de Sal do Algarve, S.A.R.L.

Sede: OLHÃO

Assembleia Geral Ordinária Convocatória

Nos termos da Lei e dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral Ordinária para reunir no dia 26 de Março de 1976, pelas 10 horas, na sede social e com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º — Apreciação, discussão e votação do balanço, contas e relatório do Conselho de Administração e parecer do conselho fiscal sobre o exercício findo em 31 de Dezembro de 1975.

2.º — Discutir e deliberar sobre qualquer assunto de interesse para a Sociedade.

No caso da assembleia não poder funcionar por não comparecer número legal de accionistas, fica marcada segunda convocatória para as 16 horas, no mesmo local, funcionando então a assembleia com qualquer número de accionistas.

Olhão, 19 de Fevereiro de 1976.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,
Dr. Eduardo Reis Viegas Mansinho

Actualidades desportivas

F U T E B O L

ALGARVE, DESPORTO

OUTRA GRANDE PERDA PARA O DESPORTO ALGARVIO

Ainda há pouco noticiáramos a morte de Daniel Madeira, devotado dirigente do ciclismo do Algarve, e já temos de assinalar outra «baixa», não menos valiosa, nos quadros do desporto algarvio.

Dâmaso da Encarnação, mais conhecido por Cassiano, foi autêntica lenda do futebol algarvio, sagrando-se campeão de Portugal com a equipa do Olhanense, em 1924-25 e finalista daquela competição em 1927.

Além dos vários títulos que conquistou, não só no futebol, como em atletismo e no basquetebol, e para além das funções que desempenhou no Olhanense, por vezes como responsável técnico da equipa de futebol, deixa ficar uma obra de verdadeira movimentação desportiva, ao longo de décadas. Ele juntou gerações de futebolistas em seu redor, dando-lhes os primeiros ensinamentos, e fazendo uma autêntica reorganização desportiva na vila de Olhão, sempre a suas expensas, e graças a uma dedicação a todos os títulos extraordinária.

Foi também fundador do Sporting Olhanense e Saudade, onde militam os antigos elementos que emvergaram a camisola do clube de Olhão.

Com 72 anos, era natural de Moncarapacho, e aposentado da Câmara de Olhão. O funeral, última homenagem de quantos (e milhares eram) conheciam e apreciavam as suas qualidades, constituiu grandiosa manifestação de pesar.

C.

Vem alcançando bons resultados o novo grupo de futebol vila-realense

O Grupo Desportivo Leões do Bairro, de Vila Real de Santo António, que há pouco abriu a sede na Rua Teófilo Braga, naquela vila, tem contado por vitórias as suas actuações na I Divisão Distrital.

No primeiro jogo venceu o S. Luís, por 1-0, no segundo, extra-muros, bateu o Campinense, por 2-1 e no domingo, no seu campo, venceu o C. M. de Quarteira, por 4-0.

CAMPEONATOS NACIONAIS JOGOS PARA DOMINGO:

I DIVISÃO

Benfica-Farense

II DIVISÃO

Almada-Esperança
Portimonense-Torres Novas
Olhanense-Caldas

III DIVISÃO

Lusitano-Quarteirense
Sambrazense-Beja

CAMPEONATOS DISTRITAIS

I DIVISÃO

Louletano-Leões do Bairro
Silves-Campinense
Tavirense-11 Esperanças
Marítimo-Moncarapachense
São Luís-Lagoa

Amsoc. Quarteira-Torralta

JUNIORES

Lusitano-Esperança
Louletano-Olhanense
Lagoa-Silves
Torralta-Tavirense

JUVENIS

(2.ª FASE)

Lusitano-Louletano
Portimonense-Farense

INICIADOS

(2.ª FASE)

Farense-Lagoa
Silves-Fuseta

bufeira, Monchique, Silves, Lagoa, Aljezur e Vila do Bispo) e Faro (concelhos de Faro, Olhão, Vila Real de Santo António, Loulé, São Brás de Alportel, Tavira, Alcoutim e Castro Marim), estando instaladas nos respectivos Paços do Concelho.

Águas & Mendes, Lda.

Certifico que, por escritura de 5 de Dezembro de 1975, lavrada de fl. 50 v.º a fl. 53 do livro de notas para escrituras diversas n.º 86-A do Cartório Notarial de Lagos, a cargo da notária licenciada em Direito Palmira Amaral Seabra, foi constituída entre António José da Glória Mendes e mulher, Odete Maria Andresa Águas Mendes, casados sob o regime da comunhão geral de bens, e Francisco André Águas e mulher, Lucinda Maria da Silva Dias Águas, casados sob o regime da comunhão geral de bens, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Águas & Mendes, Lda., tem a sua sede em Lagos, na Rua do Infante de Sagres, 82-A, rés-do-chão, freguesia de S. Sebastião, e durará por tempo indeterminado, a partir de hoje.

2.º

O seu objecto é o comércio de compra e venda de mobílias e seus similares e decoração.

3.º

O capital social é de 100 000\$, inteiramente realizado, em dinheiro, entrado na caixa social, e representado por quatro quotas iguais, de 25 000\$, uma de cada sócio.

4.º

Todos os sócios são gerentes, sem caução e com ou sem remuneração, conforme o que por acta for deliberado, bas-

tando para obrigar validamente a sociedade a assinatura dos dois sócios António José da Glória Mendes e Francisco André Águas.

5.º

A sociedade não poderá ser obrigada em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, nomeadamente fianças, abonações ou letras de favor.

6.º

A cessão, total ou parcial, de quotas entre os sócios é livremente permitida; a cessão a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, dado por escrito, à qual fica reservado o direito de opção em primeiro lugar e em segundo lugar aos sócios.

7.º

A sociedade poderá comprar veículos automóveis ou motorizados, trocá-los, vendê-los, hipotecá-los ou de qualquer forma aliená-los, precisando para tanto da assinatura dos dois sócios António José da Glória Mendes e Francisco André Águas.

8.º

No caso de morte ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade não se dissolve, devendo os representantes do sócio falecido ou interdito nomear de entre si um que a todos os represente dentro da sociedade enquanto a quota se encontrar indivisa.

9.º

Quando a lei não exigir outras formalidades, as reuniões da assembleia geral serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, oito dias de antecedência, desde que a lei não exija outras formalidades.

É certidão que fiz extrair e vai conforme ao original.

Cartório Notarial de Lagos, 15 de Dezembro de 1975.

O Segundo-Ajudante,
Luísa Simões Costa

Casa de Campo ou Praia

Desejo alugar, ao ano, mínimo de 5º assoalhadas; c/água, luz, algumas comodidades e terreno em volta se possível, mesmo necessitando de obras que serão por minha conta. Indicar localização e alugar para B. S. B. — Apartado, 3 — FUSETA.

Recepcionista Hotel

Procura colocação. Resposta ao n.º 155/76 deste jornal.

Técnico de contas—Gestor Oferece-se

Contabilidade e auditoria; organização e coordenação administrativa; controle de «stocks». Ordenados, contribuições e impostos, análise de sistemas e custos. Planeamento de «marketing». Inscrita na D. G. C. I. Oferece-se para qualquer ponto do Algarve. Resposta para Rua da Liberdade, 64 — FUSETA.

Correio de LAGOS

OS QUE APOIAM GOVERNOS QUE SE IMPÕEM PELAS ARMAS, NÃO ESTARÃO EM ERRO?

Sempre que, através da Imprensa ou da Rádio, conhecemos o que vai pelo Mundo, relativamente a governos que se impõem pelas armas, sentimos pesar por sabermos do apoio que homens que falam de paz e progresso, dispensam aos que, desejosos de poder não hesitam no sacrifício dos seus semelhantes para alcançarem o triunfo das suas ideologias, nem sempre consentâneas com a vontade do Povo, em nome do qual actuam, na maior parte dos casos, abusiva e criminosamente.

Portugal não é dos países que mais tem pecado em reconhecimento de governos que se impõem pela força, talvez porque nos portugueses ainda se contam muitos que prezam acordos de Paz.

Acontece porém que após o 25 de Abril, até dos que se sacrificaram pela libertação do povo, nem todos se conservaram firmes nos seus ideais, e assim, os desentendimentos avolumam-se aprovando-se agora, reprovando-se depois, do que resultou ver-se reconhecido pelo Governo Português, o M. P. L. A. Como as conquistas valem na proporção dos entendimentos pacíficos entre seres humanos, oxalá surja a compreensão entre todos, para a unidade que se impõe.

Joaquim de Sousa Piscarreta

da Junta até à gerência do Major Figueiredo, mais se preocuparam em salvaguardar uma «diplomacia militar» do que em fazer a Rádio necessária e que, de facto, não fizemos.

Lisboa, 15 de Janeiro de 1976

Manuel Tomás
Carlos Albino
Eduarda Ferreira

Mobiliário Metálico—Artístico

Para o lar, terraços, piscinas, jardins, na decoração, etc.

Modelos próprios e execução de trabalhos por desenho e encomenda.

Fabricante:

MÓVEIS GREGÓRIO

Futuras instalações: R. Vasco da Gama, 61 — Lagos.

Federação de Municípios do Distrito de Faro

(ELECTRICIDADE)

ANÚNCIO

CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DE UMA VIATURA EQUIPADA COM PLATAFORMA HIDRÁULICA PARA ACESSO DE PESSOAL AOS TRABALHOS EM ALTURA.

Torna-se público, de harmonia com a deliberação do Conselho de Administração da Federação de Municípios do Distrito de Faro, tomada em sua reunião ordinária de 22 de Janeiro de 1976 que na sede da Federação, situada nos Paços do Concelho de Faro e perante o Conselho de Administração se procederá à abertura das propostas para arrematação do fornecimento em epígrafe, na primeira reunião que se realizar decorridos que sejam vinte dias a contar do dia seguinte ao da publicação deste anúncio no Diário do Governo.

O depósito provisório no valor de 22.500\$00 deverá ser efectuado na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, suas filiais ou delegações, podendo ser substituído por garantia bancária.

As condições do concurso encontram-se patentes ao público na Secretaria da Federação de Municípios do Distrito de Faro, onde podem ser consultadas todos os dias úteis, dentro das horas de expediente.

Faro, 19 de Fevereiro de 1976.

O Presidente do Conselho de Administração,

Joaquim Lopes Belchior

AVISO

Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito de Faro

EMISSÃO DE CREDENCIAIS PARA ASSISTÊNCIA MÉDICA

Informam-se os senhores beneficiários que a passagem de credenciais para assistência médica passa a ser feita no Posto Clínico a que se encontrem afectos, deixando a partir desta data de ser emitidas credenciais nos serviços centrais da Caixa.

Esta medida visa ir ao encontro dos interesses dos utentes facilitando o seu acesso aos cuidados médicos.

A Comissão Administrativa

A Electro Fabril, S.A.R.L.

Aviso Convocatório

De conformidade com o § 1.º do artigo 17.º dos estatutos, convoco para o dia 10 de Março de 1976, pelas 18 horas, na sede Rua Barão do Rio Zêzere, n.º 1, a Assembleia Geral Ordinária desta empresa.

ORDEM DE TRABALHOS

1.º — Discutir e votar sobre o Relatório e Contas da Gerência em 1975;
2.º — Deliberar sobre a execução do artigo 13.º dos Estatutos.

Não se verificando nesta convocação número de capital para o legal funcionamento da Assembleia, fica esta desde já convocada para 26 de Março de 1976, no mesmo local e à mesma hora, funcionando com qualquer número.

Vila Real de Santo António, 20 de Fevereiro de 1976

Emílio Garcia Ramirez

Federação de Municípios do Distrito de Faro

(ELECTRICIDADE)

ANÚNCIO

CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DE UMA MÁQUINA RECTRO-ESCAVADORA

Torna-se público de harmonia com a deliberação do Conselho de Administração da Federação de Municípios do Distrito de Faro, tomada em sua reunião ordinária de 22 de Janeiro de 1976 que na sede da Federação, situada nos Paços do Concelho de Faro e perante o Conselho de Administração se procederá à abertura das propostas para arrematação do fornecimento em epígrafe, na primeira reunião que se realizar decorridos que sejam vinte dias a contar do dia seguinte ao da publicação deste anúncio no Diário do Governo.

O depósito provisório no valor de 15 000\$00 deverá ser efectuado na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, suas filiais ou delegações, podendo ser substituído por garantia bancária.

As condições do concurso encontram-se patentes ao público na Secretaria da Federação de Municípios do Distrito de Faro, onde podem ser consultadas todos os dias úteis, dentro das horas de expediente.

Faro, 19 de Fevereiro de 1976.

O Presidente do Conselho de Administração,

Joaquim Lopes Belchior

Estatutos do Sindicato da Função Pública

Funcionário amanhã as mesas de voto para eleição do projecto de estatutos do Sindicato da Função Pública, a que concorrem quatro projectos. No Algarve, aquelas mesas funcionarão em Portimão (concelhos de Lagos, Portimão, Al-

UM COMUNICADO DE EX-TRABALHADORES DA EMISSORA NACIONAL

Com o pedido de publicação, recebemos, de ex-trabalhadores da Emissora Nacional, o seguinte comunicado:

Fomos recentemente ouvidos por uma Comissão Militar de Inquérito, acerca dos acontecimentos do «25 de Novembro» dentro da Emissora Nacional, e com surpresa verificámos que a referida Comissão procedeu como se estivesse colocada perante factos consumados. Isto é: em vez de inquirir, parece procurar justificações.

Na sequência do 25 de Novembro e poucos dias após esta data, fomos demitidos da Emissora Nacional, por despacho do Ministro da Comunicação Social, Almeida Santos baseou-se nos dados dum «inquérito sumário», em que não fomos ouvidos, organizado pela Direcção Militar da Emissora e pela Comissão de Trabalhadores. Entretanto, quer o Presidente da E. N., Major Figueiredo, quer elementos da C. T. fizeram declarações públicas a nosso respeito, que consideramos matéria difamatória e caluniosa que deverá ser esclarecida em local apropriado.

Fomos ouvidos pela Comissão Militar de Inquérito nos últimos dias de Dezembro de 75, um mês e tal depois dos acontecimentos e um mês depois da entrega de um documento em que pedíamos um inquérito à actuação da Direcção e da Comissão de Trabalhadores. O referido documento foi dado ao conhecimento do Conselho da Revolução.

A Comissão Militar de Inquérito viria a declarar-nos que nada tinha a ver com as questões da Emissora Nacional, que as nossas demissões eram de carácter administrativo e que os nossos direitos deveriam ser defendidos por outras vias.

Verificamos assim, que mais uma vez os militares preferiram a diplomacia de esquecer o fundamental e apenas atender ao circunstancial, ao acessório.

Como responsáveis pelos Serviços de Realização e Apoio e pelos Serviços Criativos pretendemos prestar contas à Direcção daquilo que tínhamos feito no dia 25 de Novembro, nos estúdios do Quelhas, relativamente à programação. Com dificuldade, foi-nos assentido um encontro com dois militares da Direcção de Programas (Major Coutinho e Tenente Nuno Nazaré Fernandes), que nada viria a adiantar, segundo as palavras do Major Coutinho, pois que «a Comissão Militar de Inquérito é que teria a ver com isso».

Um mês depois destas palavras do sr. Major, a Comissão Militar

de Inquérito diz que o nosso caso não é com ela...

Estávamos, portanto, caídos no jogo do empurra.

Resolvemos, assim, revelar agora a questão de fundo que levantámos no documento atrás referido, entregue à C. M. I. e ao C. R.:

1) A nossa demissão teve um carácter político, o qual se situa no oposito aos motivos com que os militares da «Comissão Ad Hoc», com plenos poderes, nos chamaram em 28 de Abril de 1974.

2) A nossa demissão foi um julgamento sumário em sequência dum inquérito sumário em que não fomos ouvidos pois, como responsáveis de programação não poderíamos esconder, nem ao Ministro, nem ao C. R., nem à C. M. I., que tanto a Direcção da E. N. como a C. T. se mantiveram ausentes do edifício donde partia a emissão, não nos tendo dado quaisquer directivas.

3) O nosso procedimento, tanto ao nível de Realização e Apoio, como de Serviços Criativos, foi idêntico ao que mantivemos noutros períodos de excepção, isto é, nunca abandonámos o nosso lugar.

4) A C. T. e a Direcção afirmaram em entrevistas dadas a órgãos de Comunicação Social que tinham preparado em conjunto a passagem da emissão para o Porto no 25 de Novembro. Esse acto não confere a ninguém o direito de acusar de «sediciosos» os trabalhadores que, como nós, não abandonaríamos em caso algum as funções que tínhamos e que a Direcção da Emissora Nacional e a C. T. tacticamente caluniaram e difamaram.

5) A nossa demissão foi um acto político calculado de que a Direcção da E. N. se serviu perante o M. C. S. sob o disfarce de legalismo.

Ao apontar estes factos, declaramos que não nos incomoda mesmo nada, nestas circunstâncias, que nos venham apodiar de «contra-revolucionários». Também não nos incomodam as acusações que têm sido veiculadas até pelos microfones da E. N., pois que elas contribuem para o progressivo desmascaramento dos seus autores perante os trabalhadores da E. N., que sendo na sua maioria inesciarçados, detêm uma enorme responsabilidade perante todos os trabalhadores explorados e oprimidos deste País.

Oportunamente revelaremos dados concretos de como as sucessivas Direcções da E. N., desde a tutela de Sanches Osório à de Correia Jesuino, desde a Comissão Ad Hoc

BRISAS do GUADIANA

Um «parvo-velhaco» atemoriza senhoras e crianças em Vila Real de Santo António

NÃO conhecemos a pessoa, mas temos ouvido falar muito das suas façanhas, às quais, parece-nos, seria boa altura de se diligenciar pôr cobro.

Dizem-nos que reside em Monte Gordo e aparenta 40 anos, sendo porém Vila Real de Santo António a terra onde mais desenvolve as «atividades».

A parvoíce do homem começa quando espera as crianças à saída dos estabelecimentos de ensino e diante destas exibe vasta gama de gestos indecorosos, acompanhados de palavrão impróprio de um ser normal. Em alguns lugares públicos, como a Estação dos Correios, a sua presença é recusada pelos proprietários que «despeja», acompanhado geralmente de acções pouco edificantes. Em lojas onde note a presença de senhoras, é cento, também, que a sua «coratória» se faz ouvir, geralmente ameaçadora, com gesticulação que assusta quem lhe assiste.

Parte apreciável do pessoal feminino que de madrugada esperava a saída dos leiteiros da central e postos de venda junto à praça da Verdura, deixou já de o fazer, com medo das intervenções do energúmeno, que também persegue crianças ou raparigas e chega a entrar-lhes em casa, onde, até agora, fellemente, tem havido quem lhe imponha respeito e o faça debandar. Mais nos dizem — e aqui termina a parvoíce e começa a velhacaria — que onde vislumbre presen-

ça masculina capaz de lhe aplicar algum correctivo, o homem se retrai, «reduz» o vocabulário e acaba por bater em retirada. Um seu irmão, bastante preocupado com as possíveis consequências da sua actuação e com os reparos que amáide suscita, teria ido com ele a Lisboa, regressando pouco depois, por não lhe aceitarem o internamento, após naturalmente, ser objecto de aturadas observações.

Evidentemente que existem numerosas formas de maluquice, sendo umas mais leves e outras mais acentuadas, e a população de Vila Real de Santo António vem, desde há muito, a sentir-lhes os efeitos, que só raramente encontram reacção adequada da parte de quem de direito, talvez pela extrema burocracia que é necessário ultrapassar.

Nó que respeita a este novo «caso», com crianças e senhoras afectadas e atemorizadas com casas de comércio prejudicadas no movimento do dia-a-dia, com senhoras das repartições públicas incomodadas no seu trabalho, parece-nos que conviria levar o indivíduo em questão para lugar onde não prejudicasse ninguém, antes que a certeza de que continuará impune lhe dê a possibilidade de fazer algo ainda maior disparate para o qual, depois, já não haverá remédio.

J. M. P.

O JORNAL DO ALGARVE
Vende-se, em Vila Real de Santo António, na Havaneza

A PSP intensifica a acção anti-crime no Algarve

PELO Comando Distrital de Faro da P. S. P., foi empreendida em vários locais da Província, designadamente nos centros de maior densidade populacional, uma vasta acção para detecção de marginais ou indivíduos implicados em acções criminosas. Assim, houve diversas operações de fiscalização de trânsito, que compreenderam 5 891 veículos dos quais 4 172 automóveis e levaram à verificação de 130 transgressões e à detenção de 15 indivíduos que conduziam ilegalmente. Esta campanha anti-crime levou também à realização de rusgas a casas de jogos ilícitos, locais de reunião de consumidores de droga, sucateleros, penhores oficinas-auto, construções, pensões, hotéis, recintos de diversas nocturnas, etc.

Por estarem ainda em curso as averiguações, fez-se sigilo quanto aos casos detectados, mas sabe-se que a operação resultou positiva.

Concursos de obras no Gabinete do Planeamento do Algarve

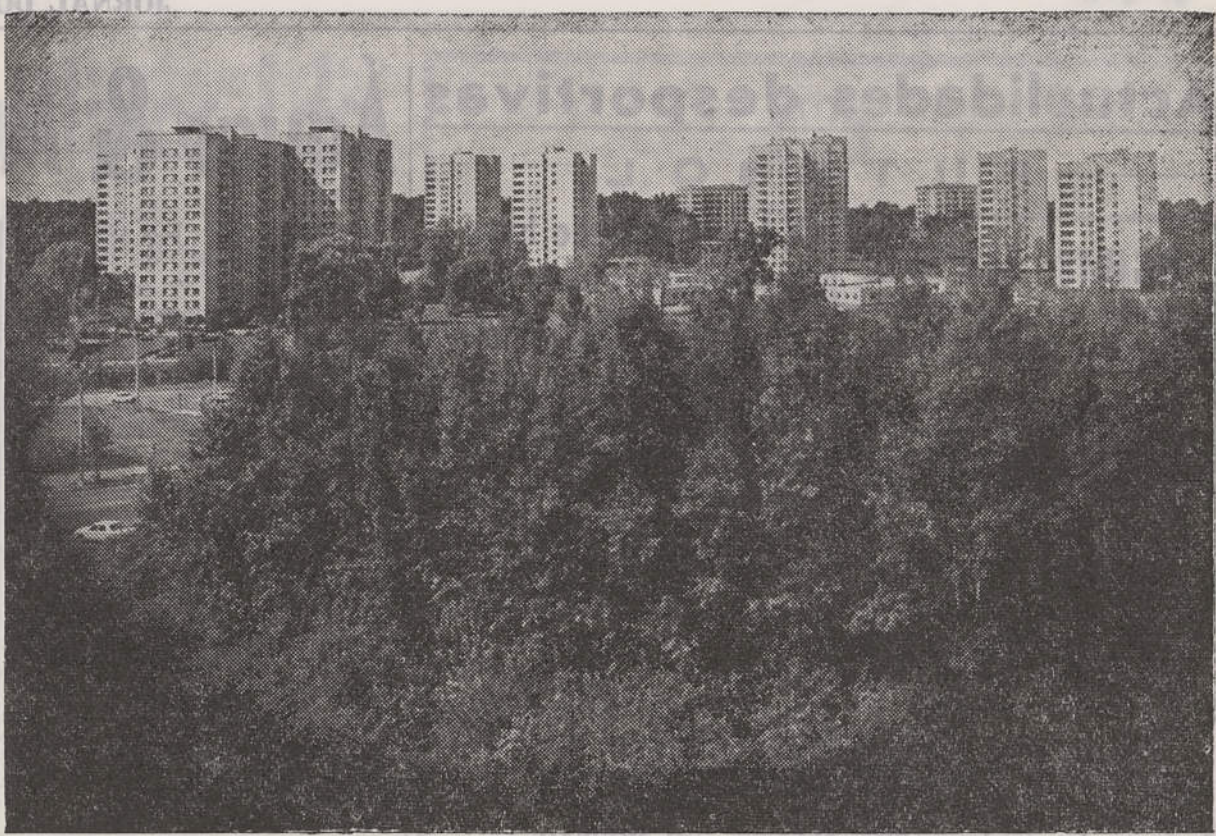
NO mês findo, no Gabinete do Planeamento da Região do Algarve, decorreu o concurso para adjudicação da obra de abastecimento de água a Castro Marim, construção de um depósito apoiado. Para este concurso, cuja base de licitação era de 1 553 000\$00 foram apresentadas duas propostas, sendo a mais elevada de 1 783 093\$30 e a mais baixa de 1 388 592\$00.

Ainda no mês findo, realizaram-se mais dois concursos: saneamento de Cacia — 1.ª fase — rede de colectores e saneamento da povoação de Olhos de Água, águas residuais. Para adjudicação, da primeira obra foram apresentadas três propostas, sendo a mais alta de 466 270\$00 e a mais baixa de 407 850\$00. A base de licitação era de 387 200\$00.

Para a segunda obra, cuja base de licitação era de 1 387 320\$00, foram apresentadas quatro propostas, das quais a mais elevada atingiu o valor de 1 913 630\$00 e a mais baixa de 1 272 240\$00.

Estão, presentemente a ser apreciadas, pelos Serviços Técnicos do GAIPA, mais cinco propostas apresentadas no concurso para adjudicação da obra de abastecimento de água a Vale da Margem, construção civil. A base de licitação era no valor de 1 573 248\$00, sendo a proposta mais alta de 1 691 670\$00 e a mais baixa de 1 438 247\$50.

Foram também abertas as propostas referentes ao concurso «sistema elevatório de Mexilhoeira Grande e Figueira, equipamento electromecânico». A base de licitação era de 1 511 390\$00 e foram apresentadas duas propostas, a mais alta de 1 503 605\$00 e a mais baixa de 376 595\$00.



Segundo cálculos cientificamente fundados, um hectare de floresta absorve de 220 a 280 quilos de gás carbónico e liberta de 180 a 220 quilos de oxigénio. A folhagem das árvores capta mais de setenta por cento da poeira e do gás sulfuroso. Cerca de um terço da área de Moscovo, ou seja mais de trinta mil hectares, é ocupada por parques, jardins e praças arborizadas. Assim, tomada em conjunto com a zona florestal que como uma cintura verde rodeia a cidade, a superfície ocupada por árvores é duas vezes maior que a de Moscovo. É por isso que os moscovitas respiram um ar muito mais puro que, por exemplo, os habitantes de Londres, Nova Iorque ou Paris.

Actualmente, Moscovo, onde o 25.º Congresso do P. C. fez arborizadas do mundo, continuando todos os anos a plantar-se na cidade muitas árvores e arbustos que vão embelezar novas praças e largos. Hoje em dia existem em Moscovo cerca de trinta metros quadrados de verdura por habitante (oito metros quadrados em Londres e quatro metros quadrados em Paris).

Dedica-se ali também grande atenção à protecção da água e do ar da capital. Nos últimos tempos, mais de mil e quinhentas caldeiras foram reequipadas com vista a serem alimentadas por gás e cerca de trezentas empresas, grandes e pequenas, foram transferidas para fora dos limites da cidade. Regra geral, já não se constroem fábricas em Moscovo e na sua zona florestal. E os arquitectos, ao planificar novas áreas habitacionais, têm em conta as particularidades paisagísticas para que, quando da construção, não sejam prejudicados os espaços verdes, as correntes de água e os prados.

Que liberdade?

POR constituir uma achega oportuna à crise que os meios de comunicação social atravessam, transcrevemos do jornal «O Diário» de 21 do mês findo, a local com o título acima:

O Conselho da Revolução exprimi há dias a sua repulsa por um tipo de jornalismo que degrada quem o faz e quem o edita. Logo surgiram em Lisboa, de caneta apontada para o CR, coléricos defensores das inocentes vítimas do órgão militar de soberania.

Que defendem? O escândalo, a intriga, a calúnia, a mentira, o insulto gratuito, feitos rotina em jornais que, aos gritos, pretendem transformar o mexerico e o ódio em papel vendido, e colar o rótulo de análise política à deturpação dos factos das existências individuais.

Quem sofre pelo hoje e pelo amanhã desses escrivinhadores de órgãos que são os bordéis do jornalismo? Quem por eles desfralda as bandeiras da liberdade de Imprensa?

Fundamentalmente, aqueles que durante meses esperaram pela hora do assalto às direcções e redacções dos jornais estatizados, da TV e da Rádio. Aqueles que aplaudiram o saneamento à esquerda de centena e meia de profissionais da Comunicação Social. Acclamaram um erro em Novembro; choram em Fevereiro um acerto.

Filtragem e peneiração telas sintéticas

CASA CHAVES CAMINHA
Av. Rio de Janeiro, 19-B
LISBOA — Tel. 72516

Trespassa-se

Merceria na Estrada de Alvor, n.º 2, em Portimão. Bem localizada.

Bastante clientela. Motivo: idade dos proprietários que os impossibilita de estar à frente do negócio.

são duma repartição, do Estado e sua ocupação pelos invasores ou por simples elementos de reconhecimento, actuando a posteriori, teriam sempre que ser averiguados, dentro dum trabalho processual positivo e científico.

Portanto, os factos em si, na sua especificidade qualitativa e na sua apurados pela flagrância e suficiência do corpo de delito, quanto aos 170, em que se contava o sr. ex-presidente. A quantidade da responsabilidade, a sua gradação e dosimetria, a fixar casuisticamente, é que faltou demarcar ou hierarquizar. Mas isso só a instrução e julgamento criminais, no foro próprio, poderiam, ou poderão, fornecer. Nunca um inquérito administrativo, de que nunca estará dependente o adequado procedimento. Porém, não valerá a pena parar?

4. — Não insista o sr. ex-presidente no adjetivo «simbólica». A ocupação foi real, efectiva, concreta, em acto, e não meramente simbólica. Posse ou ocupação, simbólica é a que é apenas virtual. Mas no caso vertente, a ocupação revestiu-se dum elemento essencial à detenção ou ocupação corpórea: aquilo a que os latinos chamavam «corpus». E foi o que houve. Não se insista nem se porfie. A detenção material, violenta dum bem alheio não é posse simbólica. É ocupação material e real, manu militari.

E fiquemos por aqui.

Faro, 22-2-76

a) Júlio Filipe de Almeida Carrapato

À BEIRA DO GUADIANA...

por Dom Carlos

FOI há dias que vi uma criancinha cair num desses muitos buracos que se encontram na praça situada na Avenida do Engenheiro Duarte Pacheco, mais precisamente entre o «Café Galeão» e o «Salão Europa». Aqui, em Vila Real de Santo António. No dia seguinte, foi um senhor, já idoso e cego. Mais vítimas haverá, como houve. Uma outra criança, dos seus 4 anos, passava ali, uma tarde, de trício. Pois, não se conseguindo desviar a tempo, para um desses buracos se precipitou e teve de ser levada ao hospital, com o queixo cortado. Trata-se de buracos abertos há muito tempo para a plantação de árvores. A ideia é excelente mas, não sendo realizada, transforma-se num perigo. Ou se plantam as ár-

vores ou se fecham os buracos.

Tiremos o chapéu aos «Leões do Bairro», o jovem grupo desportivo de Vila Real de Santo António. Começaram os seus treinos da bola num campo abandonado ao lado do estaleiro «Navália». Mas o terreno estava cheio de pedras e pedregulhos e não tinha realmente condições para treinos ou desafios. Pediram ao Lusitano autorização para usar o campo daquele clube, em dias em que por este não fosse utilizado. A resposta foi negativa. O quê, o «Leões» desanimar?! Nem pensar nisso! Lá se concentraram os moços no velho campo, limpam-no, alisaram-no, com o auxílio de uma mula e respectiva charrua e com um cilindro desses que hoje em dia pertencem a museus das obras públicas. E já o inauguraram, olé! Com um jogo oficial da I Divisão Distrital, «Leões» versus S. Luís, de Faro. Diz o Pepe, esfregando as mãos: «Agora, sim! Já temos um campo em melhores condições. Falta-nos ainda muita coisa, como iluminação, chuveiros, etc. mas isto é um bom início. E se por acaso surgir um grupo novo que não tenha campo próprio, nunca diremos «não!» Desde que o saibam respeitar, venham eles! Assim é que é.

Pois aí foi, o Carnaval! Com as suas brincadeiras do costume, com esse estribilho tradicional e tão errado, «no Carnaval... nada faz mal!» Há tanto mal que se faz sob a capa desta época de festas pagãs! Mas não sejamos «botas-de-elásticos». Façamos simplesmente um apelo aos miúdos e adolescentes e até mesmo a tantos adultos, no sentido de não cometerem abusos. Como essas pistolas de água que muitas vezes enchem nas valetas para despejar sobre as meninas. Ou misturas de ovos e farinha que costumam atirar para os carros. Mãos-chetas de papelinhos em baldes ou em recipientes reservados, vá lá! Mas esfregá-los na boca ao ponto de serem engolidos, já não vale, amigos! Há tanta coisa que se pode fazer, como por exemplo uma carteira na rua, atada por um fio de «nailons», isso até faz rir. Há tanta coisa que se pode fazer no Carnaval e que realmente não faz mal...

Fui criticado por muita gente por me ter referido à «Pill», a pílula contraceptiva. Um dos receios que tinha, sem ter ainda factos concretos para o justificar, era que a «pílula» teria efeitos físicos prejudiciais. Citei então o exemplo da droga «Thalydomide» que produzia crianças mentalmente atrasadas ou sem pés ou mãos, fisicamente deficientes. E quando deram por isso e retiraram o «Thalydomide» do

RESPOSTA DO CHEFE DO DISTRITO AINDA O EX-PRESIDENTE

1. — A réplica do sr. ex-presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Alcoutim inserida no Jornal do Algarve de 20 de Fevereiro é menos agressiva, menos ofensiva do que o artigo inicial suscitado pelo Sr. Fernando Dias, que integrava, de pleno, do ponto de vista jurídico-penal, uma infracção típica.

Mas, como encerra ainda erros a corrigir, dispus-me a trepilar, sumária e sinteticamente, porque são de fixar as confissões úteis.

2. — Consumado o assalto ao Governo Civil em 26-10-75 e ocupado o edifício, a qualquer cidadão participante nos acontecimentos apenas era possível uma das três situações:

a) ou se solidarizava com os assaltantes, introduzindo-se também no Governo Civil e lá permanecendo;

b) ou se solidarizava activamente com as forças populares que o libertaram;

c) ou se alheava dos acontecimentos, desolidarizando-se em acto de qualquer das forças contrárias em presença, limitando-se a observar, de largo, os factos, apenas para os testemunhar.

Estas três posições, claro está, só podiam ser assumidas por quem se ligasse aos eventos por um elemento de conexão. As duas primeiras situações implicaram participação no jogo dialéctico de luta de contrários; a última, mera observação.

O sr. ex-presidente não marcou a última posição. Ele própria confessa, o que se aceita para jamais poder ser retratado, que se introduziu no edifício e aí permaneceu. Ele próprio confessa que, tendo saído, ali regressou posteriormente, mantendo-se na ocupação material do mesmo edifício, até ter sido dele desalojado. Ele próprio se confessa «solidário com os ocupantes».

Portanto, os factos estão provados e a acusação não pode deixar de proceder.

O sr. ex-presidente não se apaga na situação objectiva de mera testemunha. Não. Solidarizou-se em espírito e em acto, confessadamente, com os assaltantes e também se introduziu e permaneceu no edifício. A materialidade do facto tipifica uma infracção que as leis penais (que não são fascistas) previnem e punem.

mercado, já muitos milhares, dezenas de milhares de crianças tinham nascido defeituosas. Quanto à «pílula», já se publicou uma notícia recentemente (li-a no «Diário Popular») que se refere a mortes prematuras de mulheres, devidas a ataques cardíacos causados por ela. Afinal, não errei. E lamento não ter errado.

CRÓNICA DOS DIAS

por Sequeira Afonso

BLASFÉMIAS E HERESIAS...

O João atreveu-se (corajoso rapaz, sem dúvida!) a chamar ao Partido do pai dele — o sr. Adalberto Miúdos, conceituado comerciante da nossa praça — nada mais nada menos que o «Partido da Burguesia». Que grande bronca! O sr. Adalberto Miúdos, acabara de chegar a casa, depois de mais um dia de fatigante compra-venda, pegara no jornal — lá sempre o vespertino enquanto esperava que a D. Clotilde, sua estimada esposa, o chamasse para a mesa — e, mal lera ainda os títulos da primeira página, logo o seu único herdeiro, o João, que estava a ler um panfleto, lhe disparou à queima-roupa:

— O pai, estes tipos sempre me saíram cá uns mentirosos! Calcule que dizem aqui querer defender os trabalhadores! Veja bem: O Partido da Burguesia a querer defender os trabalhadores...

O sr. comerciante Adalberto sofreu, em tempos, do coração. Depois fez uma cura (a vizinhança falou muito disso) e a «máquina» ficou mais ou menos. Ao ouvir, porém, as palavras do moço João, não se conteve: suspenhou a respiração, e, apoplético, vociferou, despejando a ira sobre o impávido descendente.

— Cala a boca, meu grandecíssimo camelo. Guarda lá as tuas piadas para o Liceu. Aqui, em casa, por muito que te custe, mando eu. Se não estás de acordo com o meu Partido, podes pôr-te no olho da rua. Vai trabalhar, que tens bom corpo, mandrião.

A D. Clotilde, vinda da cozinha, chegou à porta da sala, decerto alertada pelos gritos do seu rotundo consorte. E, calma e anafada, lá conseguiu pôr água na ferrura.

— Vá, deixem-se de políticas. A minha política é a casa e não me tenho dado nada mal com ela. Venham daí comer o frango e façam lá as pazes.

Foram ao frango. Pai e filho, porém, não trocaram uma única palavra durante a refeição. E, uma vez mais, foi a D. Clotilde que, sempre atenta, reverenciosa e obrigada, quebrou o pesado silêncio, dizendo:

— Adalberto, amanhã preciso de ir comprar uns sapatos para o João. O rapaz anda quase descalço. É uma vergonha para nós. Os colegas do Liceu até já se metem com ele, vê lá tu...

— Que se licem os colegas dele — rosnou o sr. Adalberto Miúdos, que, nitidamente, pretendia vingar-se da «afronta» que o filho há pouco lhe fizera. E, autoritário, acrescentou: — Este malcriado só ganhará os sapatos novos quando deixar de blasfemar, de proparar heresias, como aquela que vomitou esta noite. — Ora eu — sentenciou — sempre fui e hei-de ser nacionalista e cá em casa, enquanto eu for vivo, não há-de pôr os pés os comunistas.

A última palavra feriu o ar como um chicote. D. Clotilde, temerosa e surpreendida, benzeu-se. O sr. Adalberto, soberbo, em suprema glória, abandonou a mesa do jantar e foi agarrar-se, depois das pantufas, ao jornal da tarde. Só o João, calmo e sereno, ficou com um estranho sorriso a inundar-lhe o rosto...